FACULDADE
BAIANA DE
DIREITO

PÓS-GRADUAÇÃO EM

DIREITO ELEITORAL

Curso Presencial em Aracaju.
As aulas ocorrerão na sede do TRE.

FACULDADE BAIANA DE DIREITO

MUITO MAIS QUE UMA **PÓS-GRADUAÇÃO**

Você conectado com os melhores juristas do Brasil.

Mais de 15 anos de dedicação exclusiva ao ensino jurídico, sendo o maior núcleo de Pós-graduação em Direito da Bahia.

Conceito institucional 5: nota máxima na avaliação do MEC. Estrutura e serviço de excelência aliados a um projeto acadêmico inovador e de alta qualidade.

Selo OAB Recomenda: a Baiana é a faculdade privada de Direito do Norte-Nordeste que mais aprova no Exame da Ordem, além de figurar entre as 6 faculdades privadas que mais aprovam no Brasil.

Aulas ministradas pelos melhores Juristas do Brasil: nosso corpo docente é composto por nomes como Fredie Didier Jr., Nestor Távora, Dirley da Cunha Jr. e outros operadores do Direito que dominam tanto a teoria como a prática jurídica.

Conteúdo atualizado de verdade: levamos a sério a atualização do conteúdo ministrado em sala de aula e realizamos updates semestrais. Na Baiana, você não corre o risco de ter acesso a informações desatualizadas.

Destaque o seu currículo com a **Faculdade Baiana de Direito**, uma instituição essencialmente jurídica com mais de 15 anos de história.

FACULDADE BAIANA DE DIREITO

DIREITO ELEITORAL

Um curso prático para aperfeiçoar os conhecimentos do sistema eleitoral brasileiro, os aspectos da democracia e importância da cidadania.

Pós-Graduação em

DIREITO ELEITORAL

FACULDADE BAIANA DE DIREITO

A judicialização das eleições é um fenômeno crescente e incontroverso. A prova disso é que as três últimas eleições presidenciais (2014, 2018 e 2022) foram objeto de ações que poderiam levar a cassação da chapa eleita e/ou ensejar a declaração de inelegibilidade.

Justamente por isso o Direito Eleitoral se tornou em um dos mais prósperos ramos do direito contemporâneo, atraindo um número cada vez maior de estudiosos e interessados na compreensão dos seus institutos e de sua sistemática.

Vinculado diretamente à efetivação do sistema de democracia representativa, o Direito Eleitoral tem como objeto as normas que regulam o direito político de votar, de ser votado e a realização das eleições, constituindo-se, no exercício deste mister, em microssistema jurídico, composto de normas de natureza material e processual, bem como de diversos institutos jurídicos peculiares, ainda pouco disseminados nos cursos de graduação em Direito. O sistema processual eleitoral, em especial, é completamente diverso do observado nos outros ramos do direito, com prazos céleres e institutos adaptados para a área, de forma a garantir a rápida tramitação das ações.

Assim, o presente curso de Especialização em Direito Eleitoral, oferecido pela Faculdade Baiana de Direito em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/ SE), visa a preencher uma importante lacuna existente no ensino jurídico, ao oferecer a oportunidade de realização de estudos aprofundados da doutrina e da jurisprudência deste importante ramo do direito público, contribuindo, assim, para a disseminação de uma cultura democrática e para a formação de profissionais aptos a exercer papéis de destaque no exercício da prática forense no âmbito da Justiça Eleitoral.

FACULDADE BAIANA DE DIREITO

NOSSOS DIFERENCIAIS

DESCUBRA POR QUE FAZER A PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL.

- A parceria com o TRE/SE nos permitiu a elaboração de uma matriz curricular voltada para as principais necessidades dos profissionais que trabalham nas eleições;
- A matriz curricular trata de temas essenciais para a compreensão da matéria e de temas aprofundados, vivenciados na prática forense;
- O calendário de aulas foi especialmente montado para proporcionar a qualificação profissional para a atuação ainda nas eleições municipais de 2024;
- As aulas foram organizadas a fim de evitar as datas importantes do processo eleitoral, permitindo que os profissionais que atuarão durante as eleições possam se dedicar às candidaturas e procedimentos eleitorais;
- O curso foi estruturado de modo que, durante as eleições de 2024, por meio remoto, sejam realizados encontros para analisar as principais discussões e as decisões mais importantes, permitindo aos alunos a obtenção de informação precisa, no momento adequado.

LOCAL E HORÁRIO DE MATRÍCULA

As matrículas serão realizadas no site da instituição: **www.posbaiana.com.br.**

Em casos excepcionais, poderá ser realizada na sede do Stiep (Rua Doutor José Peroba, 123, Stiep. CEP: 41770-235. Salvador – Ba) de segunda a sexta-feira das 08h às 18h.

HORÁRIO DAS AULAS

As aulas ocorrerão a cada 15/ 20 dias sendo sexta-feira no período da tarde (13h às 17h15), sexta feira a noite (18h às 22h15) e sábado no período da manhã (08h30 às 12h45). Havendo necessidade, os encontros terão intervalo inferior a 20 dias.

- Eventualmente poderão ocorrer aulas em dias e horários distintos.
- Estão previstas em cada curso aulas de Metodologia da Pesquisa, a serem realizadas em dias diversos aos das aulas de conteúdo jurídico.

LOCAL DAS AULAS

Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe: CENAF, Lote 7, Variante 2 -, Aracaju/SE – 49081-000 - Brasil.

DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA DO CURSO

O curso terá duração de 12 meses de aula + 6 meses para elaboração do TCC (trabalho de conclusão de curso) e carga horária obrigatória de 360 horas, distribuída em aulas presenciais e atividades online.

PÚBLICO-ALVO

Esse curso de pós-graduação destina-se aos profissionais das diversas áreas do conhecimento com diploma de Ensino Superior. O foco especial, no entanto, é para advogados, juízes de direito, promotores de justiça, servidores da Justiça Eleitoral e do Ministério Público, que atuam diretamente com os processos eleitorais ou profissionais que pretendem conhecer o Direito Eleitoral.

METODOLOGIA

Planejado para duração de 12 meses de aula+ 6 meses para elaboração do TCC (trabalho de conclusão de curso), o curso é modular e cada módulo possui conteúdo independente. A grade curricular é composta por aulas presenciais e atividades online.

O cronograma de aulas foi especialmente preparado para concentrar no primeiro semestre do ano os conteúdos que serão fundamentais para a atuação durante o processo eleitoral de 2024. Além disso, as aulas presenciais e expositivas terão como foco principal as discussões de questões atuais e polêmicas, sempre com a análise da doutrina, jurisprudência e os informativos mais relevantes dos Tribunais Superiores. Para cada disciplina foi escolhido um especialista que promove o debate e a troca de experiências entre os alunos: o professor é orientado a utilizar as metodologias com foco no aluno, utilizando diversas ferramentas para que o conhecimento seja desenvolvido a partir da resolução de problemas e discussão de casos, promovendo o debate e a troca de experiências entre os alunos. Ou seja, incentivando o estudante a construir o conhecimento fora dos limites da sala de aula por meio do estímulo à leitura prévia dos materiais indicados pelos professores, pesquisa por novas fontes, realização de atividades no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e atividades extraclasse, de forma a criar no discente um senso de responsabilidade, pertencimento, identidade, autonomia e pensamento crítico para uma tomada de decisão mais assertiva.

O curso possui três módulos 2 módulos de formação profissional 1 módulo de Trabalho de Conclusão de Curso. **Os módulos de formação profissional** são divididos em temas e o professor possui à sua disposição uma carga horária, cuidadosamente pensada, para construir com os alunos uma cadeia de conhecimento, tornando o ensino mais plural e assertivo. Ao final de cada módulo , como forma de conclusão do conteúdo produzido, é aplicada uma avaliação em consonância com a Resolução CNE/CES N° 01, de 06 de Abril de 2018.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório e o estudante poderá escolher entre Monografia, Artigo ou outra modalidade, conforme indicação do coordenador acadêmico do curso. Nas aulas de metodologia, os alunos serão orientados para definição dos temas do TCC e normas para apresentação dos trabalhos.

Para acompanhamento do curso, os alunos terão acesso ao conteúdo das aulas presenciais através da plataforma acadêmica, onde estarão disponíveis os roteiros de aula, bibliografia, textos, jurisprudências e notícias importantes.

AVALIAÇÕES

A verificação do rendimento escolar será feita mediante:

I - Frequência;
II – Avaliação das disciplinas;
III - TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

De acordo com a legislação educacional vigente, é obrigatória a frequência de, no mínimo, 75% da carga horária do curso, gerando a reprovação automática em caso de descumprimento.

O módulo de formação profissional terá a sua aprovação mediante frequência mínima de 75% da carga horária e média maior-igual a 6,0 nas avaliações. A avaliação será proposta pelo docente e/ou coordenador do Curso e deve ser apresentada, no prazo estabelecido, no ambiente virtual de aprendizagem ou ser realizada presencialmente. Cada avaliação valerá 10,0 (dez) pontos.

O Módulo TCC tem duração de seis meses e sua aprovação ocorrerá com média maior-igual a 7,0.

Para ser aprovado no Curso da Pós-Graduação em Direito Eleitoral, o aluno precisará ter frequência regular mínima de 75% da carga horária em todos os módulos, média 6,0 (seis) em cada módulo de formação profissional e média 7,0 (sete) no TCC Para ser aprovado no Curso.

MATRÍCULA

Todo o processo de matrícula é realizado online através do site da instituição: **https://faculdadebaianadedireito.com.br/**

Na matrícula online o candidato fará o seu cadastro no site da instituição e será remetido à página de pagamento do curso escolhido.

O contrato de prestação de serviço será assinado eletronicamente no momento do aceite do termo eletrônic

Após a confirmação de pagamento, o candidato receberá em seu e-mail login e senha do ambiente virtual da instituição para fazer upload imediato dos documentos indicados no inciso II.

Os documentos disponibilizados no ambiente virtual da instituição devem ser apresenta- dos em seus originais ao Núcleo de Pós-Graduação, ou enviados pelos correios para o endereço: R. Dr. José Peroba, 123 - Costa Azul, CEP: 41770-235 - Salvador/BA, aos cuidados da Secretaria de Pós-graduação até 30 dias após o início das aulas do curso para o qual se matriculou.

Caso o candidato não consiga fazer o upload dos documentos no ambiente virtual da instituição, deverá apresentá-los ao Núcleo de Pós-Graduação no prazo de até 10 dias corridos após a confirmação do pagamento. Não sendo possível o comparecimento no prazo supramencionado, o candidato terá o prazo máximo de 48 horas para agendar nova data de entrega dos documentos, através do e-mail **posgraduacaofbd@faculdadebaianadedireito.com.br**.

O candidato que não entregar a documentação e/ou não apresentar a original, terá sua matrícula online cancelada, não havendo reembolso do valor pago a título de primeira parcela.

Nesta modalidade, a matrícula do candidato só estará efetivada após a confirmação de pagamento, assinatura digital do contrato de prestação de serviços educacionais e entrega dos documentos com apresentação dos originais.

– Excepcionalmente, comparecer ao Núcleo de Pós-Graduação, preencher a ficha de matrícula, assinar o contrato de prestação de serviços educacionais e apresentar os seguintes documentos:

Original ou cópia autenticada do Diploma de Graduação ou Declaração de Conclusão de Curso de graduação, expedida pela Instituição de Ensino de origem;
Original ou cópia autenticada do Histórico da Graduação;
Original ou cópia autenticada da Cédula de Identidade;
Original ou cópia autenticada da Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Original ou cópia autenticada do Comprovante de residência;
Documentação específica exigida no caso de alunos estrangeiros.

COORDENAÇÃO
Ludgero Liberato

Mestre em Direito Processual pela UFES. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - Abradep. Membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/ES. Professor convidado em diversos cursos de Pós-Graduação em todo o Brasil, ministrando palestras e aulas sobre Processo Civil Eleitoral e Direito Eleitoral. Possui diversos artigos publicados em revistas de âmbito nacional. Advogado.

CORPO DOCENTE

Alexandre Basílio – **RS**
Ana Carolina Mascarenhas – **BA**
Daniel Nicory – **BA**
Diogo Rais – **SP**
Eneida Desirre Salgado – **PR**
Flávio Cheim Jorge – **ES**
Frederico Franco Alvim – **SP**
Fredie Didier Jr. – **BA**
Jaime Barreiros - **BA**
Lara Marina - **DF**
Marcelo Abelha Rodrigues – **ES**
Marina Morais - **GO**
Roberta Gresta – **MG**
Rodrigo Terra Cyrineu – **MT**

*Corpo docente sujeito a alteração de acordo com a disponibilidade dos professores e conveniência da instituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I

- **Direito Eleitoral e democracia:** Teorias da democracia. Crises nos sistemas de democracia e eleições Direitos Políticos: Conceito. Normas internacionais sobre a proteção dos direitos políticos. Direitos políticos na Constituição Federal: perda e suspensão. Natureza fundamental dos direitos políticos. Controle de convencionalidade. Efetivação dos direitos políticos: participação de minorias e modelos de políticas afirmativas. Cotas e reservas de vagas.

- **Direito Eleitoral e Processo eleitoral:** Modelos de administração das eleições. Modelos de controle das eleições. O modelo brasileiro de administração e controle das eleições.

- **Proteção do processo eleitoral e democracia:** Normalidade e legitimidade das eleições. Limites da atuação do Poder Judiciário: a cassação de mandatos e o in dubio pro suffragii;

- **Legislação Eleitoral:** Competência Legislativa em material eleitoral. Princípio da anualidade eleitoral. Princípios constitucionais eleitorais.

- **A criação da Justiça Eleitoral:** Organização da Justiça Eleitoral. A temporariedade dos mandatos. Tribunal Superior Eleitoral. Tribunais Regionais Eleitorais. Juízes eleitorais. Juntas eleitorais. Formação e julgamento de listas tríplices.

- **A natureza dos atos praticados pela Justiça Eleitoral: Atividades administrativas, Atividade jurisdicional e Atividade normativa Competência da Justiça Eleitoral. TSE:** Competência originária. Competência recursal. TRE' s: Competência originária. Competência recursal. Ministério Público Eleitoral.

- **O direito de votar** Sufrágio e voto: delimitação conceitual. A natureza do sufrágio: direito ou dever? A questão do voto obrigatório. Características. Alistamento. O Domicílio Eleitoral e sua transferência. A exclusão do eleitor do cadastro de eleitores.

- **O direito de ser votado:** a capacidade eleitoral passiva: Elegibilidade, inelegibilidade e incompatibilidade: distinções conceituais. Classificações. A natureza do rol previsto no art. 14, § 3º, da CF/88. A autorização constitucional para criação de outras hipóteses de inelegibilidade (art. 14, § 9º, da CF/88). O prazo de cessação e as inelegibilidades processuais. Os parâmetros para criação das inelegibilidades. Condições de elegibidade e inelegibildades em espécie.

- **Propaganda eleitoral:** Conceito. Espécies de propaganda político-eleitoral. Princípios reitores da propaganda eleitoral. Poder de polícia e propaganda. O momento de realização da propaganda. O início da propaganda e a pré-campanha. Fim da propaganda.

- **Meios de veiculação da propaganda eleitoral:** Ilícitos da propaganda e sanções. Técnicas vedadas; Conteúdo vedado. Inobservância de requisitos formais. Meios vedados. Período vedado. Propaganda e desinformação.

- **A importância e o risco das pesquisas:** Registro das pesquisas; Pesquisas e enquetes;

- **Financiamento e gastos de campanhas e de partidos:** Financiamento de campanhas eleitorais: modelos e discussões. Financiamento de campanha: as receitas (arrecadação). Delimitação temporal. Fontes vedadas e as doações de pessoas jurídicas;

- **Gastos de campanha:** Limite de gastos (global e por despesas). Responsabilidade pelos gastos. Gastos de natureza eleitoral. Formalidades essenciais e escrituração das receitas e despesas. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e abertura de conta bancária: o início das atividades financeiras. O registo de receitas. O registro das despesas. Saldo final: sobras e dívidas de campanha. Sobras de campanha. Dívidas de campanha.

- **Administração Financeira dos partidos político:** A arrecadação de recursos financeiros. Fontes lícitas de receita. Fontes vedadas. O gasto de recursos financeiros. Hipóteses autorizadas. A necessidade de escriturar e de documentar a entrada e a saída de recursos. As sanções decorrentes da administração irregular de recursos. Responsabilidade pela administração financeira.

- **Ilícitos do processo eleitoral. Abuso de poder político e abuso de poder econômico. Condutas vedadas. Conceito de agente público. Condutas vedadas em espécie. Sanções.**

- **Captação ilícita de sufrágio:** Captação e gastos ilícitos de campanha. Fraude.

- **Aspectos gerais das ações eleitorais:** Características do Direito Processual Eleitoral. A legitimidade ativa restrita. A tipicidade de ações e das técnicas processuais. A inexistência de um procedimento comum ordinário estabelecido pela Lei. A irrelevância do pedido frente à tipicidade dos ilícitos eleitorais, iura novit curia e a Súmula 62 do TSE. A eficácia imediata dos provimentos judiciais. Aplicação subsidiária do CPC.

- **Reunião de processos:** Conexão, continência e litispendência. A prova nas ações eleitorais.

- **Intervenção de terceiros. Atos processuais. Tutelas provisórias. Coisa julgada**

- **Convenções partidárias, registro de candidatura e ação de impugnação de registro de candidatura**

- **AIJE, representação do art. 96, direito de resposta, representações especiais, RCED e AIME**

- **Sistemas eleitorais e Eleições (votação, apuração, totalização, nulidade dos votos, proclamação dos resultados) e diplomação:** Sistemas eleitorais. Preparação da eleição. As garantias para o ato de votar. sistemas eleitorais. Apuração, totalização dos votos e proclamação dos eleitos. A questão relativa à nulidade dos votos e à anulação das eleições. Proclamação dos eleitos. Anulação das eleições, novas eleições e renovação da votação. Hipóteses de anulação. Assunção temporária do cargo. A renovação das eleições: eleições suplementares. A renovação da votação.

MÓDULO II

- **Série Eleições 2024 em debate – principais questões**
- **Recursos Eleitorais, Mandado de Segurança e Ação Rescisópria**
- **Direito Penal e Processo Penal Eleitoral**
- **Partidos Políticos:** Conceito e natureza jurídica. Partidos políticos e democracia. Das normas que regem os partidos políticos: Disposições constitucionais. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Principais resoluções do TSE sobre partidos políticos. A autonomia partidária e seus limites. Criação, registro e modificações de partidos. Filiação partidária. Fidelidade partidária. Federações de partidos.

CALENDÁRIO

O calendário oficial do curso será disponibilizado para os alunos matriculados. Se necessário, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade Baiana de Direito poderá alterar o calendário original do curso.

INVESTIMENTO

Todos os valores podem ser consultados em nosso site.

MAIS INFORMAÇÕES

PósBaiana

Telefone: 71 3205-7711/7715 71 9 9380-4228

E-mail: posgraduacaofbd@faculdadebaianadedireito.com.br

FACULDADE
BAIANA DE
DIREITO

DESCONTOS

Até
50%

Egressos da Graduação da Faculdade Baiana de Direito e Gestão.

Egressos até 1 ano = 50% de desconto
Egressos entre 1 e 2 anos = 40% de desconto
Egressos há mais de 2 anos = 30% de desconto

Até
50%

Egressos da Pós-graduação e MBA da Faculdade Baiana de Direito e Gestão.

Egressos até 5 anos = 50% de desconto
Egressos entre 6 e 10 anos = 30% de desconto

10%

Conveniados (veja nossos convênios).

Bacharéis com até 02 (dois) anos de formação.

Jovens advogados (até 05 anos de filiação) adimplentes com a OAB.

MATRICULE-SE!

A PÓS-GRADUAÇÃO DA BAIANA É PERFEITA PARA QUEM PENSA DIREITO

71 3205-7711/7715

71 9 9380-4228

posgraduacaofbd@faculdadebaianadedireito.com.br

www.**posbaiana**.com.br

FACULDADE BAIANA DE DIREITO